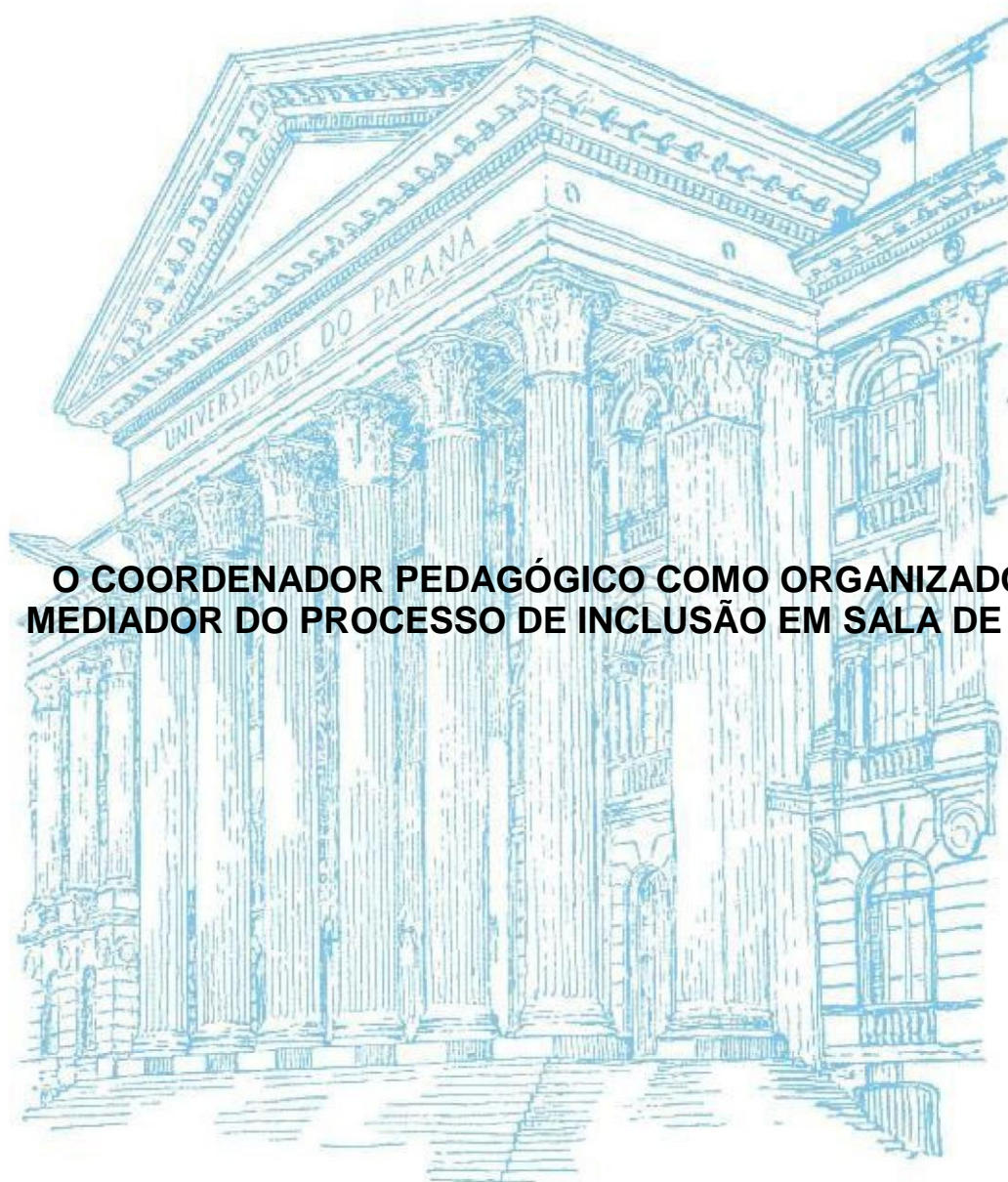


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

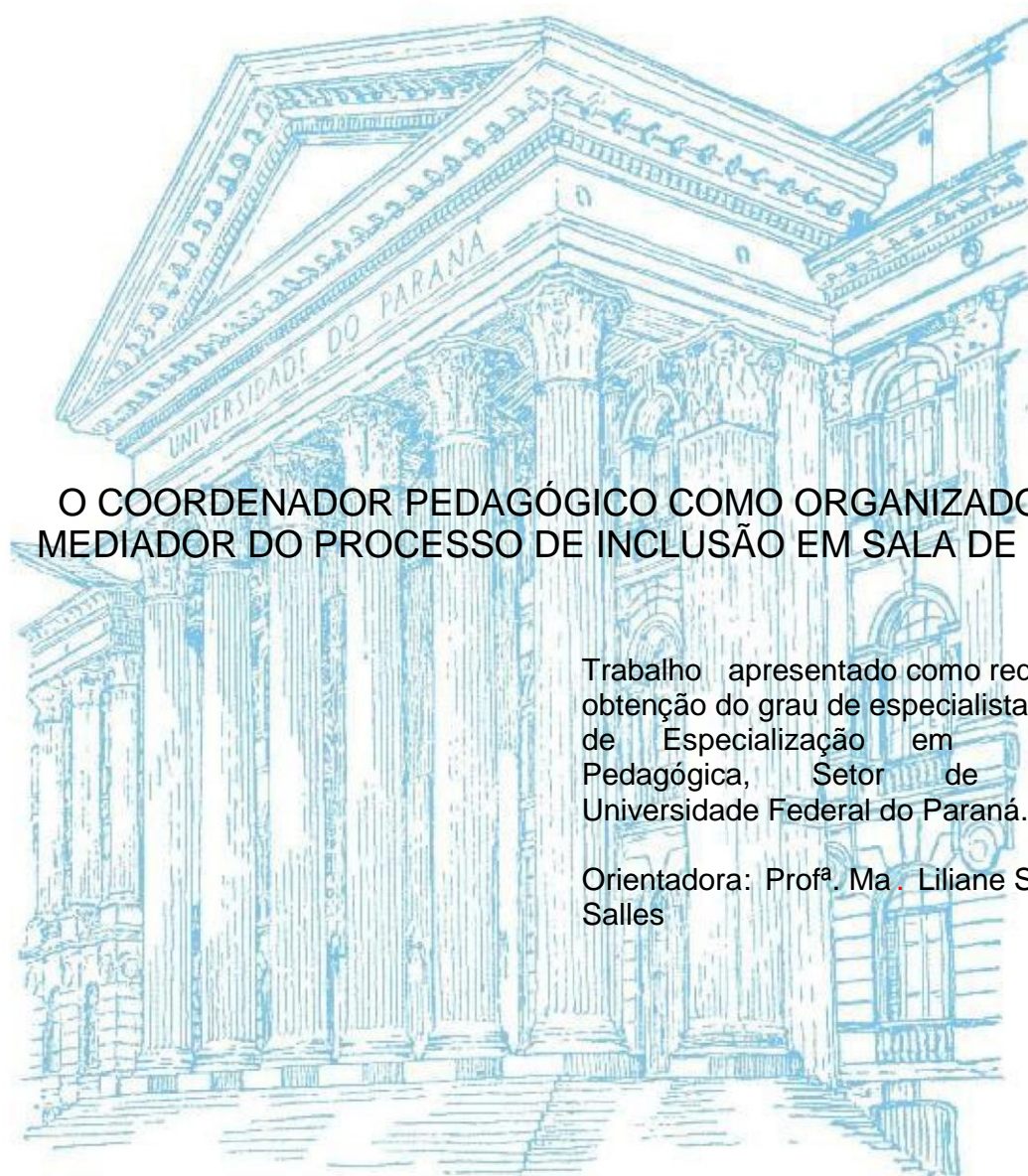
LUCIANE DIAS MOREIRA



**O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ORGANIZADOR E
MEDIADOR DO PROCESSO DE INCLUSÃO EM SALA DE AULA**

PONTA GROSSA
2016

LUCIANE DIAS MOREIRA



**O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ORGANIZADOR E
MEDIADOR DO PROCESSO DE INCLUSÃO EM SALA DE AULA**

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso
de Especialização em
Pedagógica, Setor de
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª. Ma. Liliane Schenfelder
Salles

**PONTA GROSSA
2016**

O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ORGANIZADOR E MEDIADOR DO PROCESSO DE INCLUSÃO EM SALA DE AULA

Moreira¹, Luciane Dias

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o papel do coordenador pedagógico enquanto mediador e organizador do trabalho do professor em sala de aula, de modo a auxiliá-lo nos desafios do processo de inclusão escolar, levantando subsídios teóricos para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais favorecendo assim o acesso e a permanência destes no sistema regular de ensino. Buscou-se por meio de uma pesquisa qualitativa, investigar as concepções e práticas de pedagogos que atuam em três colégios na rede regular de ensino estadual de Ponta Grossa e que possuem Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, utilizando como instrumento de coleta de dados, um questionário constando de seis questões, sendo cinco de múltipla escolha e uma questão aberta, o qual apontou a necessidade de superar um grande desafio na escola, que é mediação da flexibilização e/ou a adaptação curricular em conjunto com a professora de sala de recursos e os professores de sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; flexibilização curricular; coordenador pedagógico.

¹ Artigo produzido pela aluna Luciane Dias Moreira do Curso de Especialização em Coordenação pedagógica, na modalidade EAD, pela Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da professora Liliene Schenfelder Salles. E-mail: luudimor@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco central analisar o papel do coordenador pedagógico enquanto mediador e organizador do trabalho do professor em sala de aula, de modo a auxiliá-lo nos desafios do processo de inclusão escolar, levantando subsídios teóricos para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais - NEE² favorecendo assim o acesso e a permanência destes no sistema regular de ensino, bem como responder a questão de como o coordenador pedagógico enquanto organizador do trabalho pedagógico pode mediar o trabalho do professor em sala de aula, contribuindo para a aprendizagem dos alunos com NEE por meio da flexibilização curricular.

Este trabalho justifica-se em razão de que no ano de 2015, devido a crescente demanda, foi autorizada a Abertura de Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I³, matriculados nas classes comuns do ensino regular no Colégio Estadual Professor Eugênio Malanski, porém a maioria dos professores não tem formação específica ou continuada para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais nem com a flexibilização do currículo em sala de aula, sendo que apenas os professores interessados nesta área é que buscam cursos de qualificação ou atualização profissional.

Segundo Sánchez (2005), a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com

² O conceito de NEE (Necessidades Educacionais Especiais) foi adotado e redefinido a partir da **Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994)**, passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem, o termo NEE está associado a pessoas com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e com dificuldades de aprendizagem derivadas de fatores orgânicos e/ou ambientais.

³ Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino, são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos que oferecem atendimento educacional especializado aos alunos com NEE, em contra turno, que frequentam a sala de aula.

êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social.

Como pedagoga da rede estadual de ensino no Estado do Paraná, tenho ciência da necessidade da rede sobre a inclusão educacional na contemporaneidade, a qual constitui a prática mais recente no processo de universalização da educação, a qual se caracteriza em princípios que visam a aceitação das diferenças individuais, a valorização da contribuição de cada pessoa, a aprendizagem através da cooperação e a convivência dentro da diversidade humana.

Para o desenvolvimento deste trabalho fez-se, inicialmente um estudo bibliográfico sobre a inclusão, sua legislação, a importância da flexibilização curricular para os alunos com NEE e o papel do coordenador pedagógico como organizador e mediador desse processo, sendo que os principais autores utilizados para esse embasamento teórico foram Mantoan (1997 e 2003), Sánches (2005), Romanowski (2007), bem como outros autores de artigos científicos sobre o tema. Na sequência, apresenta-se a análise dos dados empíricos coletados através de questionário respondido por coordenadoras pedagógicas de três escolas da rede estadual de ensino de Ponta Grossa que atendem alunos que frequentam a Sala de Recursos Multifuncional I.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O processo de inclusão: legislação

As dificuldades enfrentadas hoje nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias, criar alternativas para superá-las e fazer com que a educação inclusiva assuma espaço central no debate acerca do papel da escola na superação da exclusão. Tendo em vista que os problemas de aprendizagem são em si mesmos, contextuais e relativos faz-se necessário à compreensão de todos no processo de ensino e aprendizagem. O conhecimento sistematizado pela educação escolar deve, então, oportunizar aos alunos, indistintamente idênticas possibilidades e direitos, ainda que apresentem diferenças

sociais, culturais e pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades e adequando-se as necessidades individualizadas.

Etimologicamente, a inclusão é entendida como sendo um espaço ocupado por pessoas que anseiam por integrar-se à sociedade na qual estão inseridas. Neste sentido, Mantoan (2003, p.16) afirma que a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois, não se limita aos alunos com deficiências e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Sendo assim, a educação para todos, refere-se aos movimentos de inclusão de todos em escolas de qualidade, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, garantindo assim a permanência, bem sucedida, no processo educacional escolar desde a educação infantil até a universidade.

A educação inclusiva está amparada nas políticas públicas e contempla os direitos dos educandos matriculados nas instituições escolares de ensino que enfrentam diversos obstáculos para permanecerem e terem sucesso escolar. Existem várias legislações vigentes que amparam a inclusão, dentre estas: Constituição Federal (1988), a Lei Nº 12.796 de 04/04/2013 que traz a nova escrita da LDB 9394/1996, Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2013), sendo esta, reiterada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), dentre outras.

As políticas educacionais inclusivas, dizem da responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país com a qualificação de todos os educandos quanto aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializadas no processo de ensino-aprendizagem. Essas leis visam a garantia de inclusão dos sujeitos marcados pela diferença de qualquer natureza em nossas Instituições Escolares, entretanto as realidades das escolas públicas mostram que, os alunos que apresentam alguma deficiência, dificuldade ou comprometimento que prejudique a aprendizagem, na maioria das vezes não tem sido atendidos como precisam, uma vez que se faz necessário buscar e oportunizar o atendimento das especificidades de cada aluno para superação de limites e desenvolvimento das potencialidades, bem como, ofertar formação adequada aos profissionais de educação para suprir as necessidades apresentadas no cotidiano escolar.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná chegam às escolas como um documento oficial, buscando trazer a horizontalidade, que abrange todas as Escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado e a polifonia, refletindo as vozes dos professores das Escolas públicas Paranaenses. Este documento busca traçar estratégias com vistas a nortear o trabalho do professor garantindo a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública, sendo que, os mesmos princípios democráticos que fundamentam a construção das Diretrizes, solicitam dos professores o engajamento de uma contínua reflexão sobre este documento e uma participação crítica, constante e transformadora, buscando assim, efetivar nas escolas de todo o Estado, um currículo dinâmico, flexível e democrático.

Dessa forma, a atuação da escola perpassa todos os âmbitos de formação do indivíduo e vai desde a apropriação dos conteúdos escolares relacionados ao conhecimento, até a relação do seu desenvolvimento social, influenciando sua formação de valores e atitudes.

Romanowski (2007, p. 7) destaca sobre os objetivos da instituição escolar, que:

[...] os objetivos abrangem mais do que letramento, a transmissão do conhecimento. Estão expressos nos textos legais, como finalidade do ensino básico, a formação do cidadão solidário, tolerante, participativo e ético bem como o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social [...]

Assim sendo, o sentido e a compreensão da função social da escola é ampliada pela autora, uma vez que há o reconhecimento de que a formação do cidadão deve se dar em torno da capacidade de participação e da postura crítica e, não apenas da reprodução de uma realidade. O aluno é entendido, como sujeito capaz de transformar sua prática social, sendo atuante de maneira político e social. A função social da escola ultrapassa, assim, o imediatismo das ações e fortalece as práticas e as concepções a serem construídas pelas futuras gerações, influenciando nas mudanças sociais.

Neste contexto é necessário que a escola se apodere das questões curriculares para atender de forma legítima as necessidades de seus educandos com NEE, envolvendo-se com a flexibilização curricular para a melhoria da aprendizagem.

2.2. Flexibilização Curricular

Uma escola inclusiva busca compreender as dificuldades escolares tornando o currículo mais acessível e significativo, aumentando a participação de todos os alunos e reduzindo a exclusão escolar e social. O que está em foco é o sucesso os alunos (SÁNCHEZ, 2005), ou seja, cabe à escola atender a todas as especificidades educacionais individuais através de práticas diversificadas e adaptadas às necessidades educacionais de todos os alunos.

As Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos inclusivos, do estado do Paraná, orientam que:

[...] o desafio da participação e aprendizagem, com qualidade, dos alunos com necessidades educacionais especiais, seja em escolas regulares, seja em escolas especiais, exige da escola a prática da flexibilização curricular que se concretiza na análise da adequação de objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos humanos, técnicos e materiais específicos, no redimensionamento do tempo e espaço escolar, entre outros aspectos, para que esses alunos exerçam o direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições (SEED, 2006,p.9)

A escola necessita, para que se efetivem as propostas de inclusão escolar com favorecimento do aprendizado de alunos com NEE, proceder as adaptações curriculares que envolvem tanto a acessibilidade aos alunos quanto as adaptações pedagógicas ou curriculares.

Para entender, as adaptações curriculares são respostas educativas e devem ser dadas pelo sistema educacional, com a finalidade de favorecer a todos os alunos, principalmente aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, que para se desenvolver precisam de um bom trabalho no âmbito escolar, o professor deve ter como referência a situação e conhecimento do aluno no que diz respeito à suas peculiaridades, potencialidades e dificuldades nas áreas curriculares, conhecer a proposta pertinente série/ano em questão, elaborar a avaliação pedagógica e buscar estratégias diferenciadas das usuais para a elaboração do plano docente ou para realizar um melhor trabalho individual e coletivo.

A adaptação do material pedagógico propicia a convivência, interação, autonomia e independência nas ações, o aprendizado de conceitos, melhoria de autoestima e afetividade (LOPES, 2008).

O processo de avaliação poderá ser modificado adequando às técnicas ou instrumentos utilizados com adaptação aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos (BRASIL, 2000; LOPES, 2008).

Por isso, é de extrema importância que a coordenação pedagógica desenvolva seu trabalho junto a todo o contexto escolar, para que o processo inclusivo se efetive e possa subsidiar a todos os alunos que apresentam NEE, atividades curriculares flexibilizadas/adaptadas que deem conta do ensinar e do aprender, sem que haja empobrecimento do currículo e minimização dos direitos que cada aluno tem à educação de qualidade e, conseqüentemente de uma educação inclusiva consciente e eficaz.

Assim sendo, o papel do coordenador pedagógico é um grande desafio na escola, pois precisa articular toda a comunidade escolar no intuito inclusivo.

2.3. O coordenador pedagógico e a inclusão

A educação inclusiva deve oportunizar o acesso, permanência, acolhimento, respeito e procedimentos para a efetivação da aprendizagem do aluno com NEE e cabe aos professores e equipe de gestão rever suas formas de interação entre os segmentos que interferem, realimentando sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias, estratégias de ensino e suas práticas avaliativas, envolvendo assim, a gestão de cada unidade e os sistemas educacionais.

A importância do pedagogo, enquanto coordenador pedagógico no processo de inclusão é inegável. Nesse sentido, Romanowski (2007) contribui com uma reflexão sobre a identidade desse profissional, referindo-se ao pedagogo como um profissional que tem um papel indispensável no ambiente escolar, pois é o articulador do trabalho educativo desenvolvido pela escola.

Dessa forma, espera-se que o coordenador pedagógico possa intervir colaborativamente nas ações realizadas no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula, contribuindo para tornar a escola um ambiente democrático e difusor de uma educação de qualidade.

Segundo Romanowski (2007), a função do pedagogo é mobilizar e definir o trabalho pedagógico para caminhar no sentido de efetivar uma educação de qualidade

que valorize todos os alunos, independentemente de suas características. Assim, o trabalho realizado pelo coordenador pedagógico, é o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdos, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se por articular todos esses elementos.

O coordenador pedagógico poderá intervir na reflexão do grupo de professores, auxiliando-os – a partir da prática que desenvolvem, de referenciais teóricos e metodológicos, e, das necessidades identificadas – a buscar novas possibilidades ou alternativas para o trabalho pedagógico que desenvolvem. Sua função é imprescindível no contexto escolar, pois realiza atividades tanto no auxílio dos professores, no que tange especificamente à docência, ou seja, aos métodos de ensino, ao planejamento, à organização da sala de aula, quanto em relação ao processo que vai além da sala de aula e interfere na mediação de encaminhamentos pedagógicos realizada entre a escola e as instâncias superiores de gestão da educação.

Na busca da melhoria do trabalho pedagógico, é pertinente ao coordenador pedagógico pensar a inclusão como uma ação consciente da escola, desenvolvida a partir de práticas que vão além da obrigatoriedade, mas que possam conduzir a uma proposta efetivamente inclusiva.

Espera-se, portanto, que o papel do coordenador pedagógico, enquanto um dos gestores da escola, seja o de favorecer e coordenar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que interfiram tanto na docência, quanto na promoção de medidas de acessibilidade, facilitando, assim a participação democrática e o desenvolvimento de uma educação inclusiva de qualidade, uma vez que a inclusão requer alterações que tornem processo de ensino _ aprendizagem efetivo, como instrumento de transformação social, promotor de direitos e do reconhecimento de todos enquanto cidadãos, independentemente de suas diferenças, pois, como afirma Mantoan (1997), ser deficiente representa apenas uma probabilidade do ser humano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho de pesquisa teve cunho qualiquantitativo, uma vez que foi desenvolvido por meio de aplicação de um questionário, bem como referenciado através de estudo bibliográfico.

Em um primeiro momento fez-se uma revisão bibliográfica com autores que tratam da inclusão, legislação inclusiva, da função do pedagogo enquanto coordenador pedagógico e da importância da flexibilização curricular para que os alunos com NEE possam sentir-se incluídos.

No segundo momento, foram convidadas quatorze (14) pedagogas para participarem desta pesquisa, onde apresentou-se um questionário às mesmas, que fazem parte da Rede Estadual de Ensino com seis (6) questões, sendo cinco (5) de múltipla escolha e uma (1) aberta. Esse instrumento de coleta de dados, contou com a participação de seis (6) pedagogas de três (3) Colégios Estaduais, de um mesmo bairro do Município de Ponta Grossa, Paraná, as quais possuem Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I, o qual buscou centrar os questionamentos no trabalho desenvolvido pelas pedagogas em relação à inclusão dos alunos com NEE na sala de aula do ensino comum.

As pedagogas que participaram deste trabalho serão nominadas, quando necessário, como P₁, P₂, P₃, P₄, P₅ e P₆ e após análise de suas respostas, estas foram apresentadas em forma de gráficos para uma melhor compreensão.

3.1. – Apresentação das informações coletadas

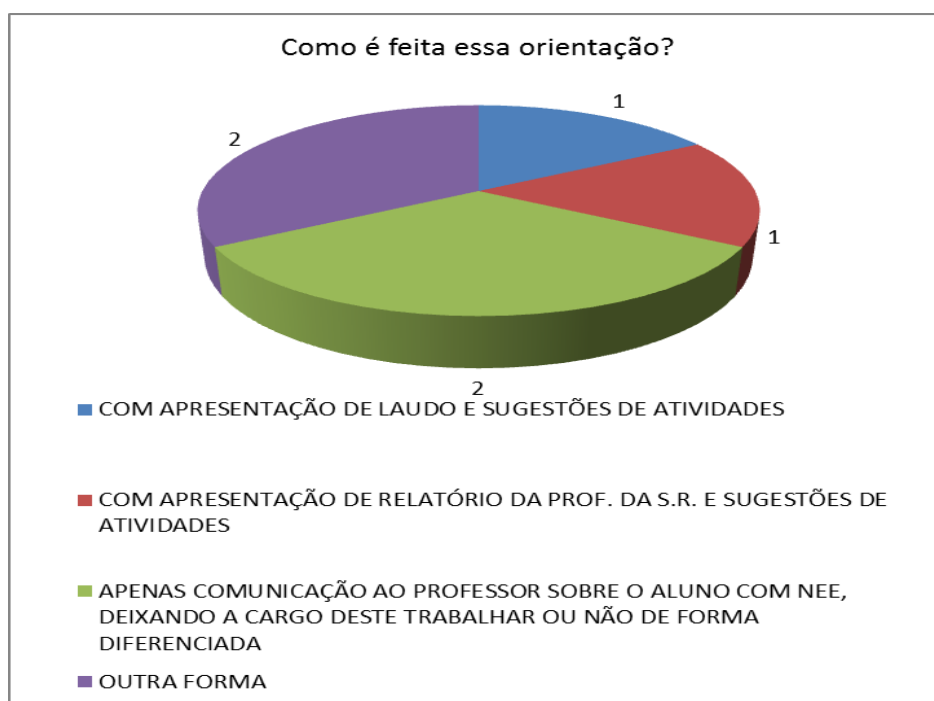
As informações foram coletadas de forma tranquila, com uma participação espontânea de 43% do total de pedagogas convidadas, pois sabem de sua importância e querem que o processo de inclusão escolar seja efetivo e de qualidade.

Diante da questão que trata da função do pedagogo na orientação dos professores que atuam em sala de aula e trabalham com alunos com NEE, apenas 33% das pedagogas, disseram que não conseguem fazer nenhuma orientação, que simplesmente comunicam o professor da sala de aula que tem alunos com NEE e se limitam a acompanhar o desempenho destes alunos, através das notas, se possuem ou não média bimestral.



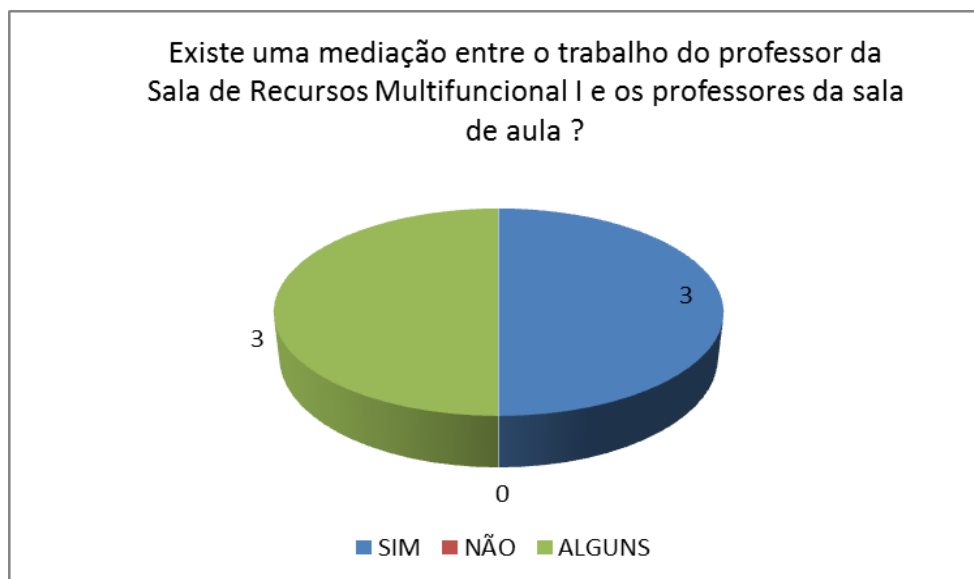
Fonte: a autora

Diante da pergunta de como é feita a orientação do professor que trabalha com aluno com NEE, as pedagogas que afirmaram fazer algum tipo orientação seja, através de apresentação de laudo médico com sugestões de atividades para o tipo de necessidade do aluno, ou até com repasse de possibilidades de atividades específicas para esse aluno, ou ainda comunicando ao professor que na sala de aula tem alunos com necessidades especiais, porém deixando a cargo deste trabalhar ou não um currículo diferenciado para esse aluno, se apresenta assim:



Fonte: a autora

De acordo com dados coletados, 50% das pedagogas pesquisadas afirmam existir alguma forma de mediação entre os trabalhos do professor da Sala de Recursos e a Sala de Aula, mesmo que esta seja feita pela própria professora da Sala de Recursos em sua Hora Atividade.



Fonte: a autora

Na pesquisa realizada, apenas 33% das pedagogas afirmam que alguns professores trabalham com a orientação de um currículo flexibilizado, porém 100% são unânimes em afirmar que o currículo adaptado é muito importante, bem como indispensável para o sucesso e permanência do aluno com NEE na escola.

De acordo com a opinião de 50% das pesquisadas o processo de inclusão, passa também por outros fatores não abordados nesta pesquisa, como por exemplo, a participação conjunta do Núcleo Regional de Educação (NRE) e da Secretaria do Estado de Educação (SEED):

P2: Qual o apoio do NRE dirigido à escola referente ao atendimento desses alunos? Se há espaço adequado na escola para atendimento desses alunos.

P3: Há resistência por parte do professor em trabalhar atividades e adaptações curriculares alguns poucos fazem isso.

P5: Acho muito importante que a SEED invista em mais formações voltadas para a Educação Especial nas semanas pedagógicas. Formações práticas feitas pelos professores as Sala de Recursos, específicas para cada escola, trabalhando os problemas de seus respectivos alunos. Isso facilita também a orientação aos professores.

Assim sendo, é imprescindível ressaltar que a educação inclusiva só acontecerá na prática se efetivamente houver uma mudança de atitudes e práticas por parte de todos os envolvidos na educação escolar. Infelizmente, a pesquisa mostra que o trabalho conjunto entre o professor da Sala de Aula, o professor da Sala de Recursos e o pedagogo que é essencial para a construção de ideias e para a promoção de ações que busquem efetivar a inclusão, está longe de acontecer, uma vez que somente uma pedagoga trabalha com orientação de atividades diferenciadas ao aluno com NEE que frequenta a Sala de Recursos.

O papel do coordenador pedagógico retratado demonstra certa postura de designação ao professor sobre o que ele precisa fazer, sem que muitas vezes esteja clara sua participação efetiva nesse processo de tomada de decisões. Cabe ao pedagogo então, superar o grande desafio na escola, que é a adaptação curricular em conjunto com a professora de sala de recursos e os professores de sala de aula, uma vez que a adaptação curricular é um direito assistido por lei aos alunos com NEE, e que hoje, não é mais o aluno que se adapta a escola e sim a escola que deve se adaptar ao aluno, promovendo-o com qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de modificar antigas práticas de exclusão e caminhar no sentido de não apenas aceitar a diversidade, mas principalmente de incluir, reconhecer e aprender com o outro, ultrapassa as barreiras do comodismo, afinal o novo propõe mudanças em todos os âmbitos, uma vez que ao tratar da diversidade, evidenciamos uma mudança necessária de paradigma nos sistemas educativos e na sociedade.

Assim, se torna necessário que as instituições escolares estejam dispostas a mudar e reestruturar seus currículos, desenvolvendo ações com pais, alunos e professores, enfim com toda a comunidade escolar. É relevante, ainda, a disponibilização de oportunidades e possibilidades para que o processo de inclusão se efetive na escola, para o que se torna necessário à viabilização de maiores espaços de formação continuada para os professores e demais profissionais da educação.

No percurso deste trabalho percebeu-se que, apesar da inclusão do aluno com NEE ser um direito garantido por lei, isso não é o suficiente para que ocorra que de fato a construção e o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo uma vez

que a comunidade escolar precisa se dispor a aceitar e a participar desse processo, que é mais complexo do que somente inserir o aluno com NEE, fisicamente, numa sala de aula.

Para que se efetive a inclusão de fato na escola, o trabalho pedagógico deve partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos, contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe comum e, utilizando-se ainda, de metodologias e estratégias diferenciadas, objetivando o desenvolvimento da autonomia, independência e valorização do aluno. É nesse contexto que a escola pode praticar a cidadania e assim contemplar as diferenças, uma vez que somente quando a inclusão se tornar efetiva, a escola regular será realmente para todos.

Assim, através das informações coletadas foi possível perceber algumas ações realizadas pelas pedagogas as quais indicam preocupação com a inclusão e tentativas de fazer com que esta aconteça, visto que todas foram unânimes em afirmar que de alguma maneira, essa mediação acontece, seja através da equipe pedagógica ou do professor de sala de recursos que procura o professor da sala de aula para dialogar sobre o aluno com NEE, mas que nem todos trabalham com um currículo flexibilizado.

Cabe lembrar então, que a forma como o professor trabalha, as estratégias que ele utiliza para ensinar são definitivas para a aprendizagem do aluno e que uma prática realmente mediadora implica em um trabalho intencionalmente organizado para que o aluno, com ajuda, adquira os conteúdos planejados.

Neste trabalho de pesquisa, percebeu-se que as pedagogas têm consciência que a escola precisa mudar através de flexibilização curricular para atender melhor os alunos com NEE, no entanto, ainda existem obstáculos no dia-a-dia escolar que as impedem de cumprir seu papel de coordenação, uma vez que, segundo elas a inclusão depende também de fatores externos à Sala de Aula, tais como investimento da SEED em espaços adequados para atendimento aos alunos com NEE, bem como proporcionar formações voltadas à Educação Especial nas semanas pedagógicas para todos os profissionais das escolas.

Foi possível, através desta pesquisa, verificar que o coordenador pedagógico enquanto organizador do trabalho pedagógico pode sim mediar o trabalho do professor em sala de aula e também contribuir com o processo de inclusão dos alunos

com NEE, mas que, para isso acontecer, é necessário instigar, refletir, discutir e lembrar o professor da Sala de Aula quanto ao seu planejamento, atividades diferenciadas para esses alunos e o desenvolvimento de um trabalho colaborativo entre ele e o professor da Sala de Recursos no desenvolvimento de novas práticas educativas que possam atender o aluno em sua NEE.

Em suma, não se pode esquecer que mediar o trabalho entre professores e alunos, em especial com os que possuem uma NEE, é uma das inúmeras atribuições da qual o pedagogo não pode fugir.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. In: BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Mara (org). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 3ed.Campinas,SP: Papirus, 2000.

BRASIL. Constituição. De 06/07/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18/02/2016

BRASIL. Constituição. De 04/04/2013. Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília, DF: 04/04/2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 18/02/2016

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25/01/2016

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto escola viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**. 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

LOPES, ESTHER. **Flexibilização Curricular: Um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/786-4.pdf>. Acesso em: 05/01/2016

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente.** Curitiba: IBPEX, 2007

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** 2005. Revista da Educação Especial - Out/2005 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 05/01/2016

SANTOS, Boa Aventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.** Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 56.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SEED (Paraná). **Diretrizes Curriculares da Educação Especial Para a Construção de Currículos Inclusivos.** 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf Acesso em: 24/04/2015